

HABEAS CORPUS Nº 502.267 - SP (2019/0094375-4)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CAMILA UNGAR JOÃO - SP315527
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WEMERSON OLIVEIRA DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Wemerson Oliveira dos Santos**, apontando-se como autoridade coatora a Décima Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (Apelação Criminal n. 0097485-25.2015.8.26.0050).

Narram os autos que o Juízo da 26ª Vara Criminal da comarca de São Paulo condenou o paciente a 5 anos e 10 meses de reclusão, em 583 dias-multa, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Na apelação criminal interposta pela defesa o Tribunal *a quo* afastou a preliminar arguida e negou provimento ao recurso.

Daí o presente *mandamus*, em que a Defensoria Pública alega, em preliminar, a nulidade da ação penal, *uma vez que as provas foram obtidas de forma ilícita* (fl. 4).

Destaca, ainda, irregularidade na dosimetria e na fixação do regime prisional.

Requer, em liminar, a nulidade da ação penal, desde o início, absolvendo-se o paciente, nos termos do art. 386, II, do Código de Processo Penal ou a fixação da pena-base no mínimo legal, a incidência do tráfico privilegiado e a aplicação de regime diverso do fechado. No mérito, pugna pela confirmação da liminar.

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Na espécie, contudo, o constrangimento não se mostra com a nitidez imprimida na inicial, estando a exigir um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo do *writ*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça e ao Juízo da 26ª Vara Criminal da comarca de São Paulo (Autos n. 0097485-25.2015.8.26.0050) acerca da atual situação do paciente e da ação penal, noticiando, inclusive, se a condenação já transitou em julgado.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator